

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.856 - SP (2019/0342466-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : H F V DE O (MENOR)
REPR. POR : G J DE O
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - SP352413
RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP138436
JANAINA CASTRO FELIX NUNES - SP148263
ALESSANDRA MOSIC - SP368454
CAMILLE GOEBEL ARAKI - SP275371B

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por H. F. V. DE O., com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO - DPVAT - AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA - Matéria recursal que versa exclusivamente sobre honorários de sucumbência - Justiça gratuita concedida ao apelante Benefício concedido à parte, que não se estende ao seu advogado - Determinação de recolhimento do preparo recursal - CPC/15, artigos 99, §5º e 1.007, §4º - Decisão mantida - Recurso desprovido, com observação." (e-STJ, fl. 238)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta divergência jurisprudencial, em relação ao entendimento adotado pela Corte de origem, afirmando que a concessão do benefício da gratuidade judiciária à parte se estende ao advogado da causa.

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao julgar o agravo interno, concluiu ser descabida a extensão dos benefícios da gratuidade ao patrono, assim se pronunciando (fls. 238/239):

"O agravante promoveu ação de produção antecipada de prova, visando compelir a embargada à apresentação do processo administrativo relativo ao acidente de trânsito em que se envolveu. E, em razão da efetiva apresentação da documentação pleiteada, a

r. sentença homologou a exibição dos documentos, julgando extinta a ação, sem condenação da agravada nos ônus da sucumbência, visto que ausente caráter contencioso. Inconformado, o embargante manejou recurso de apelação, visando exclusivamente

a condenação da embargada ao pagamento de honorários de sucumbência.

Com efeito, a r. decisão agravada não se ressente das imperfeições apontadas, uma vez que, amparada em dispositivo legal, qual seja, artigo 99, §52 do CPC/15, determinou o recolhimento do preparo recursal. A propósito do tema, confira-se jurisprudência desta c. Corte:

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS Pretensão do advogado do autor de condenação da ré ao pagamento dos honorários sucumbenciais. NÃO CONHECIMENTO: Determinação para recolhimento do preparo não cumprida, considerando-se que o recurso versa apenas sobre honorários advocatícios sucumbenciais, inexistindo interesse da parte beneficiária da assistência judiciária gratuita. Decurso do prazo sem a comprovação do recolhimento. RECURSO NÃO CONHECIDO'.

E, mais:

DESERÇÃO - Ocorrência - Apelo que versa exclusivamente sobre a fixação de honorários ao patrono do autor - Interposição após a vigência do NCPC - Ausente recolhimento de preparo, bem como pedido de gratuidade da justiça ao advogado - De rigor o reconhecimento da deserção, à luz do que dispõe o art. 99, § 5º e 1.007 do NCPC - Recurso não conhecido2."

A conclusão acima reproduzida está em perfeita harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "Sendo pessoal o direito à gratuidade da justiça, 'o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade' (art. 99, §§ 4º, 5º, e 6º do Código de Processo Civil/2015)" (AgInt no AREsp n. 1.330.266/SP, *Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI*, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 8/4/2019). Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE VERSOU EXCLUSIVAMENTE SOBRE A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA QUE NÃO SE

ESTENDE AO ADVOGADO DA PARTE ASSISTIDA. AUSÊNCIA DE PREPARO RECURSAL. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. INÉRCIA DO RECORRENTE. DESERÇÃO RECONHECIDA. DECISÃO MANTIDA.

1. "Sendo pessoal o direito à gratuidade da justiça, 'o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade' (art. 99, §§ 4º 5º e 6º do CPC/2015)" (AgInt no AREsp n.

1.330.266/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 8/4/2019).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1411853/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO VERSANDO EXCLUSIVAMENTE SOBRE HONORÁRIOS. ART. 99, § 5º, DO CPC/2015. ADVOGADO QUE NÃO É BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 99, § 5º, do CPC/2015, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário da justiça gratuita estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade. Assim, constatada a inexistência do recolhimento do preparo recursal, caberá ao relator intimar o interessado para que faça seu recolhimento, em dobro, ou demonstre que também faz jus ao benefício.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1398425/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, não há o que se reformar, esbarrando o presente recurso no óbice da Súmula 83/STJ.

No caso dos autos, o recorrente, apesar de intimado para regularizar o preparo, manteve-se inerte, sendo forçoso concluir pela deserção da apelação.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator